



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO -PRESIDENTE
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCA
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA
JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES*
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
MARCOS BARROS MERO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

*Afastado para exercício de mandato eletivo

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

DILMAR LOPES CAMERINO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO
JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 9 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 2588/2009.

Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Acolho a conclusão da manifestação do órgão de execução a quem deleguei as atribuições da chefia do Ministério Público, nos termos do art. 10, VIII, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, determinando o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 402/2015.

Interessado: Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4364/2015.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a expedição de ofício ao Presidente da Câmara de Vereadores de Palmeira dos Índios para se manifestar.

Proc: 3724/2016.

Interessado: Mário César de Albuquerque Pessoa, Técnico do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitação modalidade pregão eletrônico. Fase Externa. Pregão Eletrônico nº 15/2016, tipo menor preço, para registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de expediente. Cumpridas as formalidades legais da realização do certame por parte do pregoeiro e equipe de apoio. Fracasso dos itens 21, 37 e 44, por desclassificação da empresa participante, que ofereceu preços acima daqueles estimados pela administração, consoante o item 15.1 do edital. Pedido de desistência da proposta impetrado durante a sessão pelas empresas Mister Paper Papelaria e Informática Ltda-ME, referente aos itens 1 e 43 e Machado Armarinho Ltda-EPP referente ao item 8. Chamamento na ordem de classificação. Inexistência de interposição de recurso e adjudicação dos itens pelo pregoeiro. Pela homologação dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81 e 82 em favor da empresa Machado Armarinhos Ltda-EPP., item 8 em favor da empresa Mister Paper Papelaria e Informática-ME, item 33 em favor da empresa R.S. Brasil Comercial Eireli, item 34 em favor da empresa Liciticom Distribuidora de Papelaria-Eireli-ME. Necessidade de abertura de procedimento administrativo, nos termos do ATO PGJ nº 01/2016". À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 5397/2016.

Interessado: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 376/2017.

Interessado: Janaína Ribeiro Soares, Diretoria de Comunicação desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Constitucional. Administrativo. Férias. Direito social extensível ao agente público. Aplicação do art. 39, § 3º c/c art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal de 1988. Cargo em comissão. Registro de período de gozo de férias não usufruídas oportunamente. Elementos probatórios que denotam efetivo labor no interstício de gozo de férias, sem o precipuo adiamento ou suspensão administrativos. Boa-fé do agente público. Exoneração. Conversão em pecúnia em razão do rompimento do vínculo jurídico-administrativo, seja pela inatividade, consoante tese (tema 635) firmada em repercussão geral, reconhecida pela Suprema Corte, no Recurso Extraordinário com agravo (ARE) 721001. Pelo deferimento, sugerindo remessa dos autos à Diretoria de Pessoal, para as providências que o caso requer".

Proc: 377/2017.

Interessado: 15ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da manifestação do Nudopat do 1º CAO/MP, juntada à fl. 6, lavre-se a portaria necessária. Em seguida, archive-se.

Proc: 402/2017.

Interessado: Sigiloso.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da d. Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça com atribuições judiciais e extrajudiciais de defesa das fundações e entidades de interesse social, e de traslado à Procuradoria Regional Eleitoral, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 425/2017.

Interessado: Banco Santander.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das medidas adotadas no âmbito desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a expedição do Ofício nº 174/2017/CG/PGJ, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 487/2017.

Interessado: Promotoria de Justiça de Maragogi.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Contratos e Convênios. Pedido de Formalização de Convênio de Cooperação Técnica e Operacional entre o Município de Japaratinga e o Ministério Público de Alagoas. Cessão de servidor (a) sem ônus. Aplicação do art. 166 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pelo deferimento". Ao setor de contratos e convênios para as providências que o caso requer.

Proc: 540/2017.

Interessado: Priscilla Gonçalves Tenório Lins Teixeira.

Assunto: Requerimento de prorrogação de prazo de posse.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Pedido de providências. Prorrogação de prazo de posse pelo prazo de 30 (trinta) dias. Ato de nomeação de nº 50/2017, publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas no dia 5 de janeiro do corrente ano. Pedido tempestivo. Aplicação do art. 13, § 2º da Lei nº 5.247/91. Pelo deferimento. Encaminhe-se à Diretoria de Pessoal para controle do prazo e providências que entender necessárias".

Proc: 562/2017.

Interessado: Dr. Paulo Henrique da Silva Aguiar, Juiz Federal.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 565/2017.

Interessado: Raquel Rezende Gomes Leal, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 580/2017.

Interessado: Márcia Lima Salgueiro Vitorino, Telefonista desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de horário especial.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 587/2017.

Interessado: Dr. José Alves de Sá, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de aposentadoria.

Despacho: À DP para as medidas cabíveis.

Proc: 594/2017.

Interessado: Dra. Maria Marluce Caldas Bezerra, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de licença especial.

Despacho: À DP para informar e, em seguida, à d. Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 653/2017.

Interessado: Comissão de Avaliação Periódica de Desempenho dos Servidores.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro. Lavre-se a necessária portaria.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 9 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 3182/2015.

Interessado: Promotoria de Justiça de São Luiz do Quitunde.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À d. Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 3750/2016.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nºs 1.11.000.000788/2016-91 e 1.11.000.000823/2016-71).

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a expedição dos Ofícios nºs 1680/2016/CG/PGJ, 1681/2016/CG/PGJ e 1682/2016/CG/PGJ, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4686/2016.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 22, archive-se.

Proc: 104/2017.

Interessado: Dr. Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de licença por motivo de doença de pessoa da família.

Despacho: Defiro o pedido, nos termos do Atestado Médico de fl. 18. À DP para as medidas cabíveis.

Proc: 547/2017.

Interessado: Eletrobrás Distribuição Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À d. Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 549/2017.

Interessado: Eletrobrás Distribuição Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À d. Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 582/2017.

Interessado: Dr. Delfino Costa Neto, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 596/2017.

Interessado: Confederação Brasileira de Futebol - CBF.

Assunto: Encaminhamento de laudos técnicos.

Despacho: Remeta-se à Coordenação das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e das Relações de Consumo da Capital.

Proc: 611/2017.

Interessado: Dr. Ramon Formiga de Oliveira Carvalho, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 640/2017.

Interessado: Direção-Geral/Tribunal de Justiça de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 641/2017.

Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia do Processo Administrativo Virtual nº 2017/1317).

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 669/2017.

Interessado: Caique Cavalcante Magalhães, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de certidão.

Despacho: Defiro. À DP para as medidas cabíveis.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 9 de fevereiro de 2017.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

PORTARIA PGJ nº 243, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. VINÍCIUS FERREIRA CALHEIROS ALVES, Promotor de Justiça de Satuba, de 1ª entrância, para funcionar perante a 11ª Vara Criminal da Capital, durante as férias do Promotor de Justiça designado.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

*Republicado

PORTARIA PGJ nº 258, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE revogar a Portaria PGJ nº 746, de 6 de agosto de 2015, haja vista que não mais subsiste matéria inserida no plexo de atribuições do Procurador-Geral de Justiça, de forma a justificar a incidência do art. 10, VIII, da Lei Complementar nº 15/1996.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 259, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. ALBERTO FONSECA, 4º Promotor de Justiça da Capital, de 3ª entrância, para responder cumulativamente, sem prejuízo de suas atuais funções, pela Coordenação do Núcleo do Meio Ambiente do 1º CAO/MP.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 260, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os Doutores LAVÍNIA SILVEIRA DE MENDONÇA FRAGOSO, 5ª Promotora de Justiça da Capital e ALBERTO FONSECA, 4º Promotor de Justiça da Capital, para integrarem, respectivamente, na condição de titular e suplente, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 261, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 653/2017, RESOLVE homologar o resultado das avaliações da Comissão de Avaliação Periódica de Desempenho dos Servidores do Quadro de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas e determinar sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 262, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 377/2017, RESOLVE designar os Doutores ANDERSON CLÁUDIO DE ALMEIDA BARBOSA, designado para responder pela coordenação do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público do 1º CAO e NAPOLEÃO JOSÉ CALHEIROS CORREIA DE MELO AMARAL FRANCO, Coordenador do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público do 2º CAO, para atuarem conjuntamente com a 15ª Promotoria de Justiça da Capital, no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 001/2017, para fins de apoio no desenvolvimento das investigações e eventual propositura de medidas judiciais.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 263, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 8.17i, do Sistema de Gerenciamento de Processos – GEPROC, RESOLVE conceder em favor do Dr. MÁRIO AUGUSTO SOARES MARTINS, 2º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF nº 151.673.214-68, matrícula nº 55442, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Pão de Açúcar, nos dias 5, 12, 25 e 31 de janeiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 83, de 4 de janeiro de 2017, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 264, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 6.17i, do Sistema de Gerenciamento de Processos - GEPROC, RESOLVE conceder em favor de RONALDO AURELIANO DO NASCIMENTO, Oficial de Transporte desta Procuradoria Geral de Justiça, portador do CPF nº 010.243.114-06, matrícula nº 8251835, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), em face do seu deslocamento à cidade de Murici, no dia 24 de janeiro do corrente ano, a serviço da Corregedoria Geral do Ministério Público, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2089.0000 – Correções Ordinárias e Extraordinárias, Natureza de despesa: 339014 – Diárias, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 265, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 582/2017, RESOLVE conceder em favor do Dr. DELFINO COSTA NETO, 41º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF nº 145.127.934-53, matrícula nº 70552, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 1.246,55 (mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Batalha, nos dias 3, 10, 17, 26 e 30 de janeiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Batalha, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 1127, de 22 de dezembro de 2016, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 266, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. CARLOS DAVI LOPES CORREIA LIMA, 1º Promotor de Justiça de União dos Palmares, de 2ª entrância, para atuar conjuntamente com o Dr. LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO, Promotor de Justiça de Matriz do Camaragibe, de 1ª entrância, no processo 0008499-51.2014.802-0001, em tramitação na 9ª Vara Criminal da Capital, com sessão do Tribunal do Júri a ser realizada no dia 20 de fevereiro do corrente ano.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 267, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. NAPOLEÃO JOSÉ CALHEIROS CORREIA DE MELO AMARAL FRANCO, 4º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, para responder cumulativamente, sem prejuízo de suas funções, pela 6ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, durante as férias do Promotor de Justiça titular.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 268, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. NAPOLEÃO JOSÉ CALHEIROS CORREIA DE MELO AMARAL FRANCO, 4º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, para responder cumulativamente, sem prejuízo de suas funções, pelas 10ª e 12ª Promotorias de Justiça de Arapiraca, durante as férias dos Promotores de Justiça designados.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
HOMOLOGAÇÃO

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o despacho de encaminhamento da Seção de Licitações e o parecer da Consultoria Jurídica desta Procuradoria Geral de Justiça no PROCESSO PGJ Nº 3724/2016, resolve HOMOLOGAR o procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 15/2016, que tem por objeto o registro de preços para

a aquisição de materiais de expediente, em favor das licitantes vencedoras MACHADO ARMARINHOS LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 24.174.062/0001-88, estabelecida na Rodovia AL 115, 2502, Graciliano Ramos, Palmeira dos Índios/AL, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81 e 82, totalizando o valor de R\$ 180.535,05 (cento e oitenta mil, quinhentos e trinta e cinco reais e cinco centavos), MISTER PAPER PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.428.101/0001-19, estabelecida na Avenida Norte, 2175, sala 09, Espinheiro, Recife/PE, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para o item 8, totalizando o valor de R\$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais), RS BRASIL COMERCIAL EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.005.844/0001-98, estabelecida na Rua Carius, 224, Jardim Nova Cumbica, Guarulhos/SP, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para o item 33, totalizando o valor de R\$ 11.980,00 (onze mil, novecentos e oitenta reais), e LICITICOM DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA – EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.305.677/0001-33, estabelecida na Rua Padre Antônio Vieira, 121, sala 4, Jardim Santa Catarina, São José do Rio Preto/SP, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para o item 34, totalizando o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), tudo de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, o Ato Normativo nº 06, de 29 de agosto de 2005, o Ato Normativo nº 11, de 07 de dezembro de 2005, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Maceió, 8 de fevereiro de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

Fornecedor: MACHADO ARMARINHOS LTDA. - EPP

Item	Quantidade	Valor unitário adjudicado	Valor total adjudicado
1	60	R\$ 3,09	R\$ 185,40
2	60	R\$ 3,43	R\$ 205,80
3	30	R\$ 5,00	R\$ 150,00
4	75	R\$ 1,11	R\$ 83,25
5	50	R\$ 40,34	R\$ 2.017,00
6	36	R\$ 2,99	R\$ 107,64
7	120	R\$ 5,97	R\$ 716,40
9	600	R\$ 2,86	R\$ 1.716,00
10	600	R\$ 2,79	R\$ 1.674,00
11	60	R\$ 17,93	R\$ 1.075,80
12	300	R\$ 0,87	R\$ 261,00
13	200	R\$ 0,18	R\$ 36,00
14	2000	R\$ 3,49	R\$ 6.980,00
15	3500	R\$ 0,85	R\$ 2.975,00
16	2000	R\$ 0,84	R\$ 1.680,00
17	300	R\$ 0,85	R\$ 255,00
18	800	R\$ 1,44	R\$ 1.152,00
19	1000	R\$ 1,30	R\$ 1.300,00
20	800	R\$ 1,44	R\$ 1.152,00
22	600	R\$ 1,57	R\$ 942,00
23	600	R\$ 1,00	R\$ 600,00
24	1200	R\$ 2,32	R\$ 2.784,00
25	350	R\$ 4,59	R\$ 1.606,50
26	360	R\$ 1,19	R\$ 428,40
27	2000	R\$ 0,14	R\$ 280,00
28	2000	R\$ 0,25	R\$ 500,00
29	2000	R\$ 0,30	R\$ 600,00
30	1000	R\$ 0,17	R\$ 170,00
31	200	R\$ 1,50	R\$ 300,00
32	180	R\$ 1,45	R\$ 261,00
35	400	R\$ 0,70	R\$ 280,00
36	600	R\$ 3,47	R\$ 2.082,00

38	30	R\$ 123,70	R\$ 3.711,00
39	300	R\$ 17,18	R\$ 5.154,00
40	30	R\$ 106,63	R\$ 3.198,90
41	600	R\$ 1,50	R\$ 900,00
42	30	R\$ 4,99	R\$ 149,70
43	100	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
45	1440	R\$ 0,35	R\$ 504,00
46	150	R\$ 2,50	R\$ 375,00
47	150	R\$ 1,57	R\$ 235,50
48	500	R\$ 10,00	R\$ 5.000,00
49	600	R\$ 6,00	R\$ 3.600,00
50	80	R\$ 43,99	R\$ 3.519,20
51	1200	R\$ 1,25	R\$ 1.500,00
52	600	R\$ 1,25	R\$ 750,00
53	480	R\$ 1,25	R\$ 600,00
54	360	R\$ 1,25	R\$ 450,00
55	480	R\$ 1,25	R\$ 600,00
56	120	R\$ 2,50	R\$ 300,00
57	120	R\$ 2,50	R\$ 300,00
58	60	R\$ 2,50	R\$ 150,00
59	180	R\$ 2,00	R\$ 360,00
60	180	R\$ 2,00	R\$ 360,00
61	100	R\$ 2,06	R\$ 206,00
62	200	R\$ 10,00	R\$ 2.000,00
63	60	R\$ 20,00	R\$ 1.200,00
64	400	R\$ 2,21	R\$ 884,00
65	300	R\$ 2,41	R\$ 723,00
66	400	R\$ 9,83	R\$ 3.932,00
67	1500	R\$ 2,00	R\$ 3.000,00
68	1000	R\$ 1,55	R\$ 1.550,00
69	3000	R\$ 9,66	R\$ 28.980,00
70	5000	R\$ 9,79	R\$ 48.950,00
71	1000	R\$ 2,50	R\$ 2.500,00
72	30	R\$ 2,00	R\$ 60,00
73	60	R\$ 80,00	R\$ 4.800,00
74	200	R\$ 32,99	R\$ 6.598,00
75	100	R\$ 10,39	R\$ 1.039,00
76	100	R\$ 9,99	R\$ 999,00
77	600	R\$ 7,00	R\$ 4.200,00
78	150	R\$ 0,66	R\$ 99,00
79	100	R\$ 1,84	R\$ 184,00
80	150	R\$ 6,66	R\$ 999,00
81	72	R\$ 2,49	R\$ 179,28
82	72	R\$ 2,49	R\$ 179,28
Valor Total			R\$ 180.535,05

Conselho Superior do Ministério Público

PAUTA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA
A SER REALIZADA NO DIA 13.02.2017

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros e ao público em geral que, na próxima segunda-feira, dia 13.02.2017, às 14 horas, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

- Apreciação da Ata da 40ª Reunião Ordinária do CSMP do ano de 2016.

PROCESSOS PARA CONHECIMENTO:

1. Proc. PGJ/AL 419/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.

2. Proc. PGJ/AL 174/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.

3. Proc. PGJ/AL 74/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.

4. Proc. PGJ/AL 396/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.

5. Proc. PGJ/AL 397/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.

6. Proc. PGJ/AL 398/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.

7. Proc. PGJ/AL 325/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.

8. Proc. PGJ/AL 326/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.

9. Proc. PGJ/AL 277/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.

10. Proc. PGJ/AL 271/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.

11. Proc. PGJ/AL 5369/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório.

12. Proc. PGJ/AL 169/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.

13. Proc. PGJ/AL 168/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.

14. Proc. PGJ/AL 181/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.

15. Proc. PGJ/AL 170/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.

16. Proc. PGJ/AL 179/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.

17. Proc. PGJ/AL 5328/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.

18. Proc. PGJ/AL 229/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.

19. Proc. PGJ/AL 230/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.

Fornecedor: MISTER PAPER PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA – ME

Item	Quantidade	Valor unitário adjudicado	Valor total adjudicado
8	600	R\$ 4,20	R\$ 2.520,00
Valor Total			R\$ 2.520,00

Fornecedor: RS BRASIL COMERCIAL EIRELI – EPP

Item	Quantidade	Valor unitário adjudicado	Valor total adjudicado
33	2000	R\$ 5,99	R\$ 11.980,00
Valor Total			R\$ 11.980,00

Fornecedor: LICITICOM DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA – EIRELI – ME

Item	Quantidade	Valor unitário adjudicado	Valor total adjudicado
34	2000	R\$ 6,00	R\$ 12.000,00
Valor Total			R\$ 12.000,00

de Justiça

20. Proc. PGJ/AL 228/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.
21. Proc. PGJ/AL 388/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
22. Proc. PGJ/AL 389/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
23. Proc. PGJ/AL 363/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público.
24. Proc. PGJ/AL 362/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de Inquérito Civil Público.
25. Proc. PGJ/AL 361/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
26. Proc. PGJ/AL 360/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
27. Proc. PGJ/AL 359/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
28. Proc. PGJ/AL 394/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
29. Proc. PGJ/AL 393/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
30. Proc. PGJ/AL 392/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
31. Proc. PGJ/AL 391/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
32. Proc. PGJ/AL 390/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
33. Proc. PGJ/AL 251/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público.
34. Proc. PGJ/AL 5423/2016. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório.
35. Proc. PGJ/AL 127/2017 (2 volumes). Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Ação Civil Pública.
36. Proc. PGJ/AL 364/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
37. Proc. PGJ/AL 430/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Capital - Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
38. Proc. PGJ/AL 431/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Capital - Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Notícia de Fato em Procedimento Preparatório.
39. Proc. PGJ/AL 432/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Capital - Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Notícia de Fato em Procedimento Preparatório.
40. Proc. PGJ/AL 433/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Capital - Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Notícia de Fato em Procedimento Preparatório.
41. Proc. PGJ/AL 316/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de Inquérito Civil Público.
42. Proc. PGJ/AL 320/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público.
43. Proc. PGJ/AL 319/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público.
44. Proc. PGJ/AL 318/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil Público.
45. Proc. PGJ/AL 323/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil Público.
46. Proc. PGJ/AL 86/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Boca da Mata. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório.
47. Proc. PGJ/AL 368/2017. Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Notícia de Fato.
48. Proc. PGJ/AL 415/2017. Origem: 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de audiência que objetiva a recuperação e revitalização do Riacho Salgadinho.
49. Proc. PGJ/AL 36/2017. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra diversos servidores lotados na SMCCU (Proc. Judicial nº 08.2016.00091379-6).
- *50. Proc. PGJ/AL 34/2017. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra diversos servidores lotados na SMCCU (Proc. Judicial nº 08.2016.00091379-6).
51. Proc. PGJ/AL 5373/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório.
52. Proc. PGJ/AL 163/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório.
53. Proc. PGJ/AL 5374/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório.
54. Proc. PGJ/AL 22/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Quebrangulo. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público.
55. Proc. PGJ/AL 5399/2016. Origem: Promotoria de Justiça de Quebrangulo. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público.
56. Proc. PGJ/AL 424/2017. Origem: Promotoria de Justiça de São Luiz do Quitunde. Assunto: Comunicação de expedição de recomendação versando sobre não utilização de recursos público para gastos em festividades e bandas na prefeitura do município.
57. Proc. PGJ/AL 474/2017. Origem: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região. Assunto: Suposto descumprimento das Leis Federais nº 13.022/2014 - Estatuto dos Guardas Municipais e nº 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento - por todos os municípios alagoanos.
58. Proc. PGJ/AL 475/2017. Origem: Procuradoria da República em Alagoas. Assunto: Notícias de Fato nº 1.11.000.000764/2016-31 e 1.11.000.000768/2016-10, que versam sobre possíveis irregularidades no município de Maceió.

59. Proc. PGJ/AL 5341/2016. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de declínio de atribuição em favor da Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe.

60. Proc. PGJ/AL 395/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de declínio de atribuição em favor da 66ª Promotoria de Justiça da Capital.

PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO (REEXAME DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO)

1. PGJ/AL 763/2014. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Ministério da Integração Nacional. Assunto: Representação em razão de possível irregularidade em convênio celebrado com o município de Maceió. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly.

2. PGJ/AL-3441/2016 (NF nº 47/2015). Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Fórum de Reforma Urbana de Alagoas. Assunto: Auxílio às famílias com dificuldades na obtenção do NIS na demanda do cadúnico na SEMAS. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly.

3. Proc. PGJ/AL-4193/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Retorno de vista do Conselheiro Valter José de Omena Acioly).

4. Proc. PGJ/AL-4276/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly.

5. Proc. PGJ/AL-4484/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly.

6. Proc. PGJ/AL-4719/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly.

7. PGJ/AL-4159/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Construção irregular de barragem em área de preservação permanente. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly.

8. Proc. PGJ/AL-1556/2015 (03 volumes). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Walmart - Bompreço Supermercados do Nordeste LTDA. Assunto: Lançamentos irregular de efluentes. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly.

Luiz de A. Medeiros Filho
Promotor de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo 292877

UM TEMA FASCINANTE

FAUNA VIVA

A exuberância de cores e formas da fauna alagoana.

A mais importante publicação cultural de Alagoas estreou novo projeto gráfico com um assunto tão essencial quanto instigante. Com visual mais moderno, enxuto e atraente, **Graciliano** mantém a seriedade e a profundidade jornalística ao revelar as maravilhas do reino animal que habitam e povoam nossas matas, florestas e reservas ambientais.

Nas bancas, livrarias e em nossa loja virtual
imprensaoficial.com.br

Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio

GOVERNO DO ESTADO
ALAGOAS
TRABALHANDO SERVO A GENTE CHERA LA

IMPRESA OFICIAL
GRACILIANO RAMOS